



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

Alexandre Pereira Macêdo

Benefícios e desafios gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos produtores da agricultura familiar do município de Wanderlândia - TO

Araguaína - TO  
2025

Alexandre Pereira Macêdo

Benefícios e desafios gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos produtores da agricultura familiar do município de Wanderlândia - TO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo Científico apresentado à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Curso Superior de Tecnologia em Logística, para a obtenção do título de Tecnólogo em Logística.  
Orientador (a): Dr<sup>a</sup> Angelita de Oliveira Almeida.

Araguaína - TO

2025

## Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P436b Pereira Macêdo, Alexandre.

Benefícios e desafios gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos produtores da agricultura familiar do município de Wanderlândia - TO / Alexandre Pereira Macêdo. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.

29 f.

Artigo de Graduação (Graduação - em Logística) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Angelita de Oliveira Almeida.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas Públicas . 3. Geração de Renda.

**CDD 658.5**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Alexandre Pereira Macêdo

Benefícios e desafios gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos produtores da agricultura familiar do município de Wanderlândia - TO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo Científico apresentado à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Curso Superior de Tecnologia em Logística, para a obtenção do título de Tecnólogo em Logística.

Data de aprovação: 12/06/2025

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angelita de Oliveira Almeida (Orientadora)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. David Gabriel de Barros Franco (Examinador)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Warton da Silva Souza (Examinador)

## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade pela oportunidade de ensino oferecida, aos professores do colegiado do curso de Tecnologia em Logística, pelos ensinamentos, experiências, aprendizado, conselhos compartilhados no decorrer dessa trajetória, em especial, a minha orientadora desta pesquisa Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angelita de Oliveira Almeida, pela sua colaboração, compreensão e orientação, que foram determinantes para a realização deste trabalho.

## RESUMO

Este estudo apresenta os benefícios e desafios gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos Produtores da Agricultura Familiar do município de Wanderlândia - TO. Busca identificar como o Programa está contribuindo para o desenvolvimento econômico local, bem como as formas de geração de renda dos produtores da agricultura familiar, as maneiras de organização e trabalho entre os membros das famílias, sua contribuição no desenvolvimento da agricultura familiar e os aspectos logísticos de organização, produção e distribuição destes agricultores. O PAA é uma Política Pública que tem por objetivo a compra direta de alimentos produzidos por produtores da agricultura familiar na modalidade de doação simultânea. O método de abordagem utilizado foi a pesquisa quali-quantitativa, com aplicação de questionário com perguntas semiestruturadas abertas e fechadas, respondidas sob explicação e presença do pesquisador. Por fim, conclui-se que os agricultores familiares se sentem satisfeitos com a execução do PAA no município.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar. Produção. Renda.

## **ABSTRACT**

*This study presents the benefits and challenges generated by the Food Acquisition Program (PAA) for Family Farm Producers in the municipality of Wanderlândia - TO. It seeks to identify how the Program is contributing to local economic development, as well as the ways in which family farmers generate income, the ways in which family members organize and work, their contribution to the development of family farming, and the logistical aspects of organization, production, and distribution of these farmers. The Food Acquisition Program (PAA) is a Public Policy that aims to directly purchase food produced by family farmers in the form of simultaneous donations. The method of approach used was qualitative and quantitative research, with the application of a questionnaire with open and closed semi-structured questions, answered under the explanation and presence of the researcher. Finally, it is concluded that family farmers are satisfied with the implementation of the Food Acquisition Program (PAA) in the municipality.*

**Keywords:** *Family farming. Production. Income.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Agricultura Familiar e Geração de Renda .....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 Aspectos logísticos rural.....</b>	<b>14</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 Logística rural do PAA.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 Impactos do PAA na geração de renda .....</b>	<b>23</b>
<b>4.3 Contribuição do PAA para o desenvolvimento.....</b>	<b>24</b>
<b>4.4 Desafios encontrados pelo PAA .....</b>	<b>25</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os desafios da agricultura familiar vêm sendo estudados desde o século passado, conforme destacado por Jara (1998), já existia a necessidade de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento local com as diferentes formas de produção agropecuária, entre elas a agricultura familiar.

Atualmente, o principal desafio que se coloca diz respeito em como assegurar a integração sustentável da agricultura de base familiar no atual processo de transformação e abertura do setor agropecuário (Jara, 1998). É muito conhecido o conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecido em 1987 no Relatório da Comissão de Brundtland, como processo que “busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades” (Jara, 1998, p.47). Em seu estudo sobre Agricultura Familiar no século XXI, Bittencourt *et al* (2001), ao analisar o perfil da agricultura familiar no Brasil, definiu a delimitação do universo agrário como um exercício extremamente complexo, seja em consequência da grande diversidade da paisagem agrária, seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores que possuem aspectos próprios de produção, cultural e econômico.

Com base nesses conceitos e pensamentos, esta pesquisa tem por objetivo geral compreender os benefícios e desafios gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos produtores da Agricultura Familiar do município de Wanderlândia - TO. E por objetivos específicos: Apresentar como acontece o processo logístico de produção e venda dos produtos para o PAA; compreender quais os impactos que o PAA tem para a renda das famílias participantes e identificar como o PAA está contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Neste contexto, este estudo busca compreender como a política pública, especialmente o PAA, vem se destacando ou não como uma política que favorece os produtores da agricultura familiar do município de Wanderlândia, já que como apresentado, este município se destaca por atividades produtivas rurais de produtores do segmento da agricultura familiar. Assim, conhecer as experiências de trabalho e produção destes produtores, suas práticas vivenciadas, se as vendas dos produtos contribuem para o aumento da renda familiar, bem como se o PAA colabora para o desenvolvimento local e/ou regional, é entender se o PAA está tendo de fato algum resultado para os produtores rurais que dele participa.

Metodologicamente, esta pesquisa pressupõem o uso de uma abordagem quali-quantitativa. Fará uso de uma pesquisa bibliográfica com autores que discutem e pesquisam tal temática, como também, uma pesquisa de campo, no qual será aplicado um questionário semiestruturado com os produtores da agricultura familiar que participam do PAA para a coleta de informações, o que consequentemente subsidiará o desenvolvimento da escrita e análise.

Espera-se que os resultados apresentados sirvam de orientação para os órgãos executores do programa, para que desenvolvam práticas que atendam às reais necessidades dos produtores locais, bem como, atendam as expectativas dos seus beneficiários que são os agricultores familiares que fazem parte do PAA.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Programa De Aquisição De Alimentos (PAA)**

A política pública pode ter seu conceito caracterizado seguindo a linha teórica de se ter o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos (Gonçalves *et al*, 2017). As políticas públicas são uma parte fundamental no funcionamento de uma sociedade, elas influenciam e determinam como os recursos públicos serão aplicados, e a maneira que impactaram na vida da sociedade.

Desse modo, o PAA é compreendida como uma política pública e se classifica como uma política distributiva, com objetivos pontuais, em que o Estado oferta serviços para a sociedade, cujo o objetivo é beneficiar pequenos grupos ou indivíduos de diferentes camadas sociais (Gonçalves *et al*, 2017).

O PAA surgiu inicialmente no ano de 2003, promulgado pelo governo federal através da Lei nº 10.696. Esta tem por objetivo garantir a aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. (Brasil, 2003.) O artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2003, nos diz que:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (Brasil, p.02, 2003).

A criação deste Programa tinha por finalidade executar ações relacionadas à política agrícola e de segurança alimentar e nutricional (SAN), ofertando subsídio financeiro, como forma de garantia de renda para os produtores, com a comercialização dos alimentos, sendo negociados diretamente com os agricultores, na modalidade de dispensa de licitação, facilitando assim as aquisições (Perin *et al.*, 2021). Como também, promover a inclusão social e estabelecer o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sobretudo as mais vulneráveis, atendidos pela rede socioassistencial, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, rede pública de ensino e de saúde, entre outras categorias (Brasil, 2003).

Contudo, ao longo de sua trajetória de execução, o PAA enfrentou entraves que impactaram em seu desenvolvimento, e assim, ocorreu a sua primeira recessão no ano de 2019, o que ocasionou na extinção do Programa (Perin, *et al.*, 2021).

Todavia, logo após esse período, em 2021, ocorreu uma tentativa de restabelecimento do programa, sendo reformulado e substituído por um novo, denominado Programa Auxílio Brasil e Programa Alimenta Brasil, instituído pela Lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021 (Brasil, 2021). Convém ressaltar que a maioria de suas características e objetivos forma baseados no modelo anterior, ou seja, no PAA promulgado pela Lei nº 10.696/2003.

Entretanto, este novo modelo não durou mais que dois anos em execução, sendo encerrado devido a vários fatores que colocaram a agricultura familiar em risco e em uma situação de extrema vulnerabilidade, como por exemplo, as reduções e cortes financeiros em seu orçamento ao longo dos anos. De acordo com os dados divulgados pela reportagem de Casado e Madeiro (2022) publicada no site uol, em entrevista com representante do Ministério da Cidadania, apontam que os cortes financeiros chegaram a 97% do orçamento aplicado, desde o surgimento do programa. Logo, estas ações ocasionaram uma grande instabilidade nos sistemas de produção da agricultura familiar, impactando diretamente na sustentabilidade do seu público alvo.

## Governo corta programas de segurança alimentar para 2023

Ações atingem, principalmente, pequenos agricultores e comunidades tradicionais

● Verba em 2022 (em R\$) ● Verba em 2023 (em R\$)



Fonte: Ministério da Cidadania, 2022.

Em 20 de julho de 2023, o PAA foi novamente promulgado pelo Governo Federal através da Lei 14.628, em uma nova modalidade e atualizado, como um programa estratégico para o país, tanto no combate à fome, quanto na promoção da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2023). Para o desenvolvimento do programa, o Governo Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome - MDS, estabeleceu critérios de acesso e execução, por meio de órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta em âmbito estadual, distrital ou municipal.

Conforme os critérios do edital de chamada pública 01/2024, publicada DOE 6508 do Estado do Tocantins 2024, que estabeleceu as condições de habilitação dos beneficiários fornecedores (produtores) que desejam comercializar alimentos na modalidade - Compra com Doação Simultânea de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do PAA devem seguir a seguinte classificação de prioridade, a saber: Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico; indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; negros; mulheres; assentados da reforma agrária; pescadores; jovens entre 18 e 29 anos e homens (Brasil, 2024). Além disso, a Portaria nº 153 de 11 de dezembro de 2023, estabelece que do total de inscritos 60% sejam do CadÚnico e 50% do percentual de mulheres (Brasil, 2024).

### 2.2 Agricultura Familiar e Geração de Renda

Conhecer as características de como vive o seu povo é fundamental para o governo, o que permite traçar um retrato do País. A partir disso, é possível definir a implementação de políticas públicas de acordo com as necessidades e estilo de vida

das comunidades. Assim, conforme Abramovay (1997), a agricultura familiar é um sistema produtivo que concentra a gestão da propriedade e da maior parte da mão de obra no núcleo familiar.

No Brasil, esse tipo de cadeia produtiva passa por uma fase de transição, com a redução dos estabelecimentos agropecuários familiares. Conforme o estudo de Valadares e Alves (2023), essa migração do campo para as cidades começou a aumentar a partir de 1985, ocasionando a redução de pessoas no meio rural. E de acordo com os últimos registros do Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população rural vem reduzindo gradativamente, em 1995 eram 17,9 milhões; em 2006 passou para 16,7 milhões e em 2017 estava em 15,1 milhões. Esta redução demonstra o quanto esta população depende de políticas públicas eficazes como um meio de sustentabilidade para sua manutenção no campo.

Apesar disso, o setor da agricultura familiar se destaca na ocupação dos empreendimentos agropecuários e atividades praticadas no meio rural. Conforme pesquisa realizada em 2025 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 realizado em 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, apontou-se que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como de agricultura familiar. Ainda de acordo com esta pesquisa e com este Censo, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa, “de acordo com o Censo Agropecuário citado, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes” (Embrapa, 2025, s/n).

Esses dados são de extrema importância para o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse setor agropecuário, bem como na implementação de diretrizes de geração de crédito para a agricultura familiar, financiando e fomento a renda dos agricultores, contribuindo assim, na melhoria da qualidade de vida das famílias.

Ainda que persistam desigualdades estruturais associadas ao processo de formação territorial e social brasileiro, observa-se que a agricultura familiar brasileira apresenta uma diversidade e um dinamismo econômico e social ainda pouco analisados pela academia e reconhecidos pelas políticas públicas (Waderley, 2017, pág.3).

No ano de 2006, foi promulgada a Lei 11.326, que estabelece as instruções para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, com os critérios que especificam agricultor familiar e empreendimento familiar rural (Brasil, 2006). A partir daí, surgiram novas atribuições de classificação para a agricultura familiar, tendo em vista, tornar o acesso da agricultura familiar mais eficiente, transparente e integrado do agronegócio, ou seja, ao conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário.

Art. 1º - As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar deverão considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF (Brasil, 2021, p.01).

Atualmente esses critérios são estabelecidos pelo Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). É um instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar Lei nº 11.326/2006. A inscrição no CAF é requisito básico para obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar (Brasil, 2025).

### **2.3 Aspectos logísticos rural**

Ao analisar os desafios da agricultura familiar Jara (1998), menciona que o principal desafio das futuras gerações, seria de como promover o desenvolvimento rural sustentável, devido a rápida transformação tecnológica que os país passava. Em um cenário de concentração econômico produtiva, aumento do consumo da população e o surgimento das grandes cadeias atacadistas de alimentos, as decisões de como produzir, o que produzir, quando produzir, se tornam desafios para os produtores da agricultura familiar diante da velocidade de informações e de grandes produtores ou conglomerados econômicos nacionais e internacionais.

Neste sentido, Jara (1998) aponta que os produtores tiveram e tem que se organizarem e adaptarem constantemente ao novo cenário, criando estratégias para o fortalecimento da produção e da economia local, como por exemplo, o desenvolvendo de parcerias entre eles e/ou constituições de cooperativas e associações, como um meio de fortalece-los no mercado. Porém, esse processo de adaptação ao mercado trouxe efeitos negativos aos agricultores familiares, que sem acesso a novas tendências tecnológicas utilizadas no processo produtivo, sem

informações às mudanças que ocorrem nos processos de gestão e comercialização, a eficiência produtiva, e conseqüentemente a renda destes agricultores, se tornam prejudicadas.

Nota-se que há ainda problemas estruturais que comprometem a viabilidade financeira dos pequenos estabelecimentos rurais familiares e que embora se observe o fortalecimento do desenvolvimento regional, a permanência do homem no campo, a ampliação da sustentabilidade agrícola, a profissionalização rural e a redução da extrema pobreza no campo, os agricultores familiares têm dificuldade de acesso às inovações para o setor (César; Mendanha; César, 2023, p.02).

Para reverter essas situações, entender que o processo logístico é um fator importante para que os produtores da agricultura familiar obtenham eficiência no desenvolvimento e na gestão da cadeia produtiva é essencial, pois, quando se fala em processos logísticos, estamos falando de produção e/ou trabalho, comercialização e distribuição (Balou, 2007).

No que se refere a divisão e organização do trabalho no ambiente da agricultura familiar, César, Mendanha e César (2023), destacam que cada unidade de produção possui definições próprias, e são organizadas por diferentes membros da família. Ou seja, são os próprios membros da família, que se unem para organizar todo o desenvolvimento do processo produtivo. São eles que definem o que plantar, como plantar, onde armazenar, custos, preço de venda, como transportar. Conforme Christopher (1997), a gestão adequada desta rede possibilita escoar a produção visando oferecer ao cliente final o produto certo, na quantidade certa e no momento certo. Segundo Christopher (1997, p.13):

A cadeia de suprimentos representa uma rede de organizações, através de ligações, nos dois sentidos, dos diferentes processos e atividades que produzem valor na forma de produtos e serviços que são colocados nas mãos do consumidor final.

Novaes (2025), destaca que atualmente a logística está muito ligada ao gerenciamento da cadeia de suprimentos, pois todo processo logístico, que vai desde à aquisição da matéria-prima até o consumidor final, é considerado único, e que cada parte desse sistema deve ser ajustada para garantir a entrega de um produto que realmente atenda as expectativas do consumidor final.

Segundo Novaes (2025) a definição do canal de distribuição, juntamente com os serviços a ele associados, é necessário para adotar um enfoque sistêmico na definição e estruturação da distribuição, visto que em determinados casos, as soluções postas no papel podem se revelar muito onerosas na prática. Pois, com a

evolução das formas de distribuição alinhada com evolução da tecnologia da informação, “cada tipo de negócio pode obter um retorno maior quando concentra seus investimentos no seu ramo principal de atividade” (Novaes, 2025, p. 143).

Dessa maneira, constatou-se que o processo logístico rural de distribuição e entrega dos produtos é realizado pelos próprios produtores, geralmente, com canais de distribuição parceiros, como por exemplo o apoio dos órgãos gestores do PAA e parcerias entre eles.

### **3 METODOLOGIA**

Michel (2009) destaca que a metodologia é como um caminho que se traça para se atingir um objetivo, sendo portando, o modo para resolver problemas e buscar respostas para as necessidades e dúvidas a respeito de um determinado estudo e/ou pesquisa. “A pesquisa é a atividade básica da ciência; a descoberta científica da realidade” (Michel, 2009, pág. 36).

Assim, este estudo baseia-se em uma pesquisa de campo, de abordagem quali-quantitativa, fazendo uso também de estudos bibliográficos para auxiliar nas abordagens teóricas para embasar cientificamente.

A pesquisa de campo é uma investigação empírica, baseada na observação ou na prática, onde o pesquisador vai a campo para coletar dados por meio de questionários, entrevistas, testes que serão depois analisados em conformidade com os objetivos do estudo e com a bibliografia discutida (Brasileiro, 2021). A pesquisa bibliográfica trata-se de uma fase do trabalho que antecede a elaboração da proposição de pesquisa, cujo o objetivo é auxiliar na definição de objetivos e levantar informações teóricas sobre o objeto do estudo (Michel, 2009).

Durante a revisão da literatura, buscou-se trazer as principais fontes teóricas sobre o tema, com a perspectiva de realizar as análises e interpretações necessárias.

Para a pesquisa de campo foi realizada a aplicação de um questionário como o instrumento de coleta de dados constituído de uma série ordenada de perguntas que foram respondidas na presença do pesquisador, no dia 27 de maio de 2025, na sede da secretária da Agricultura do município de Wanderlândia-TO, com a realização de uma reunião com os produtores que participam ou já participaram do programa, explicando lhes sobre a finalidade da aplicação do questionário e seu objetivo. Onde

os dados coletados foram respondidos no mesmo dia por cada participante, e recolhidos pelo pesquisador para análise dos resultados.

Responderam o questionário um total de 16 participantes, sendo 9 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. As respostas foram consideradas pelo pesquisador na íntegra de acordo com o discurso de escrita e resposta de cada um para preservar os registros anotados e a clareza da pesquisa.

Convém ressaltar, que a coleta de dados por questionário foi escolhida para facilitar o entendimento dos entrevistados, assim como abranger o maior número possível de participantes. O mesmo foi desenvolvido considerando as características dos agricultores familiares, sendo aplicado sob a orientação e explicação do pesquisador sobre o motivo e importância de serem respondidos com clareza, e conforme o entendimento individual de cada um. O questionário foi semiestruturado contendo perguntas abertas e fechadas, buscando a clareza de se passar um vocabulário de fácil entendimento para ser respondido, e com o objetivo de permitir ao informante uso de linguagem própria de acordo com seu grau de conhecimento intelectual. Além disso, assinaram um termo de consentimento concordando em contribuir para a pesquisa através do questionário.

Wanderlândia é um município brasileiro situado no Estado do Tocantins, região norte do País. O município localiza-se mais precisamente ao norte do Estado, na microrregião de Araguaína, às margens do entroncamento que faz encontro das rodovias federais BR 153 e BR 226, que estão entre as mais importantes do país para o transporte rodoviário, fazendo a integração do país de norte a sul, leste a oeste, o que torna sua localização privilegiada e atraente para investimentos em infraestrutura.

De acordo com o último censo realizado no ano de 2022, pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Wanderlândia era de 10.522 pessoas. Ocupa uma área de 1.373,1 km<sup>2</sup>, seu solo é composto predominantemente em sua maioria por areia quartzosas, clima preeminente quente e úmido, com temperatura variando entre 26° a 30°, com períodos de estações do ano bem distintos, verão e inverno, ou seco e chuvoso, característicos do estado do Tocantins, além de ter uma média anual de 1.263mm/chuva ao ano, e com vegetação predominante de cerrado, composta de matas ciliares, campos úmidos e rupestres (César; Mendanha; César, 2023).

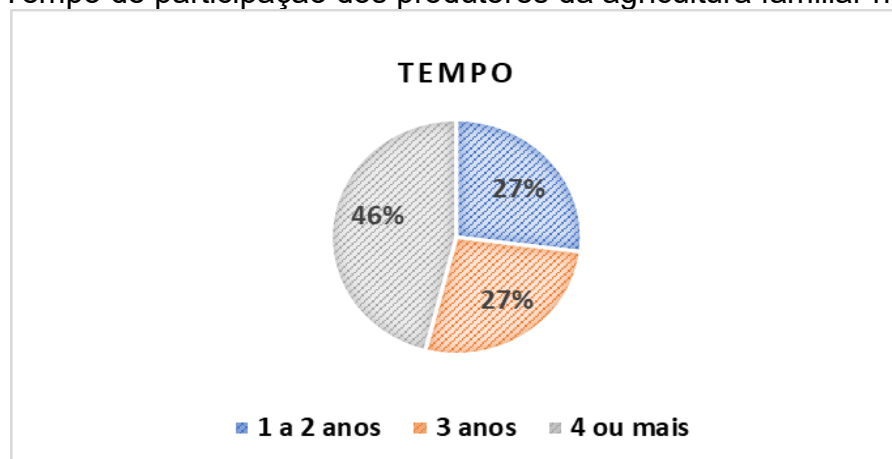
Os aspectos econômicos de Wanderlândia têm como uma de suas principais fontes de renda atividades do setor agropecuário, com diversificação de atividades do meio

rural, dentre elas a agricultura familiar (IBGE, 2022). Apesar disso, a concentração de renda no município é relativamente baixa, com uma participação significativa das classes de menor poder aquisitivo (CARAVELA.INFO, 2025). Para minimizar esses impactos sociais, são desenvolvidas parcerias entre entidades privadas e poder público, destacando-se o grande número de assentamentos da reforma agrária, associações e cooperativas, com o objetivo de promover e proporcionar funções sociais.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente destacamos que a pesquisa de campo foi realizada no mês de maio de 2025, com 16 produtores rurais da agricultura familiar, na sede da Secretaria da Agricultura do Município, em Wanderlândia - TO. Do total de participantes, 9 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Destes, 4 produtores rurais estão na faixa etária de 30 a 40 anos, 4 são da faixa etária de 40 a 50 anos e 8 apresentam acima de 50 anos de idade, não houve limitações durante a aplicação do questionário, pois o mesmo teve o objetivo de levantamento de dados, não sendo obrigatório o seu preenchimento, podendo ser respondido por livre e espontânea vontade.

**Gráfico 1** – Tempo de participação dos produtores da agricultura familiar no PAA.



Fonte: Elaborado pelo autor.

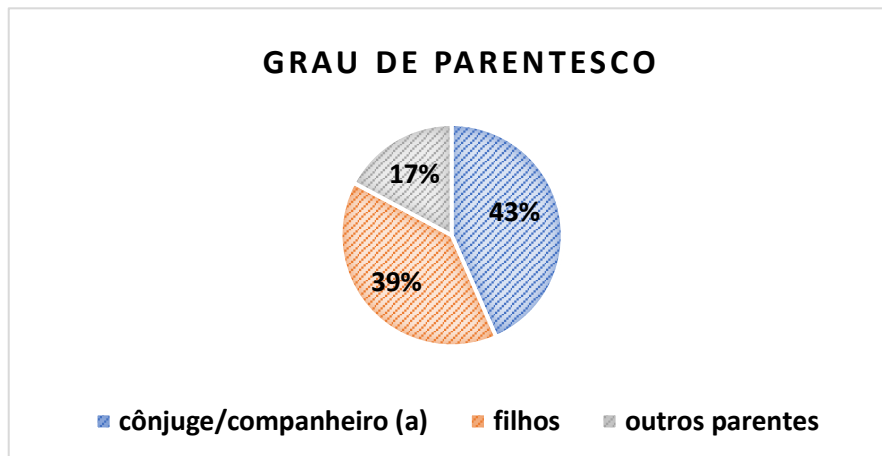
Com relação ao tempo de participação no PAA destaca que: 46% participam do Programa a 4 anos ou mais, 27% participam a 3 anos e 27% estão no Programa entre 1 a 2 anos, conforme indica o gráfico 1.

Com base nestes dados apresentados observa-se que há uma maior predominância de produtores rurais com idade superior a 50 anos, como também, 46% dos entrevistados já participam do PAA a 4 anos ou mais.

#### 4.1 Logística Rural do PAA

Com relação aos aspectos logísticos relacionados a organização da produção, ou seja, quantas pessoas da sua família participam junto com o responsável que participou da entrevista a plantar, cuidar e colher, 1 produtor ressaltou que participam 8 pessoas; 1 produtor ressaltou que participam 6 pessoas; 1 produtor ressaltou que participam 5 pessoas; 3 produtores ressaltaram que participam 4 pessoas; 5 produtores ressaltaram que participam pessoas 3; 4 produtores ressaltaram que participam 2 pessoas; e 1 produtor ressaltou trabalha sozinho.

**Gráfico 2** – Participação da família no processo de produção.



Fonte: Elaborado pelo autor.

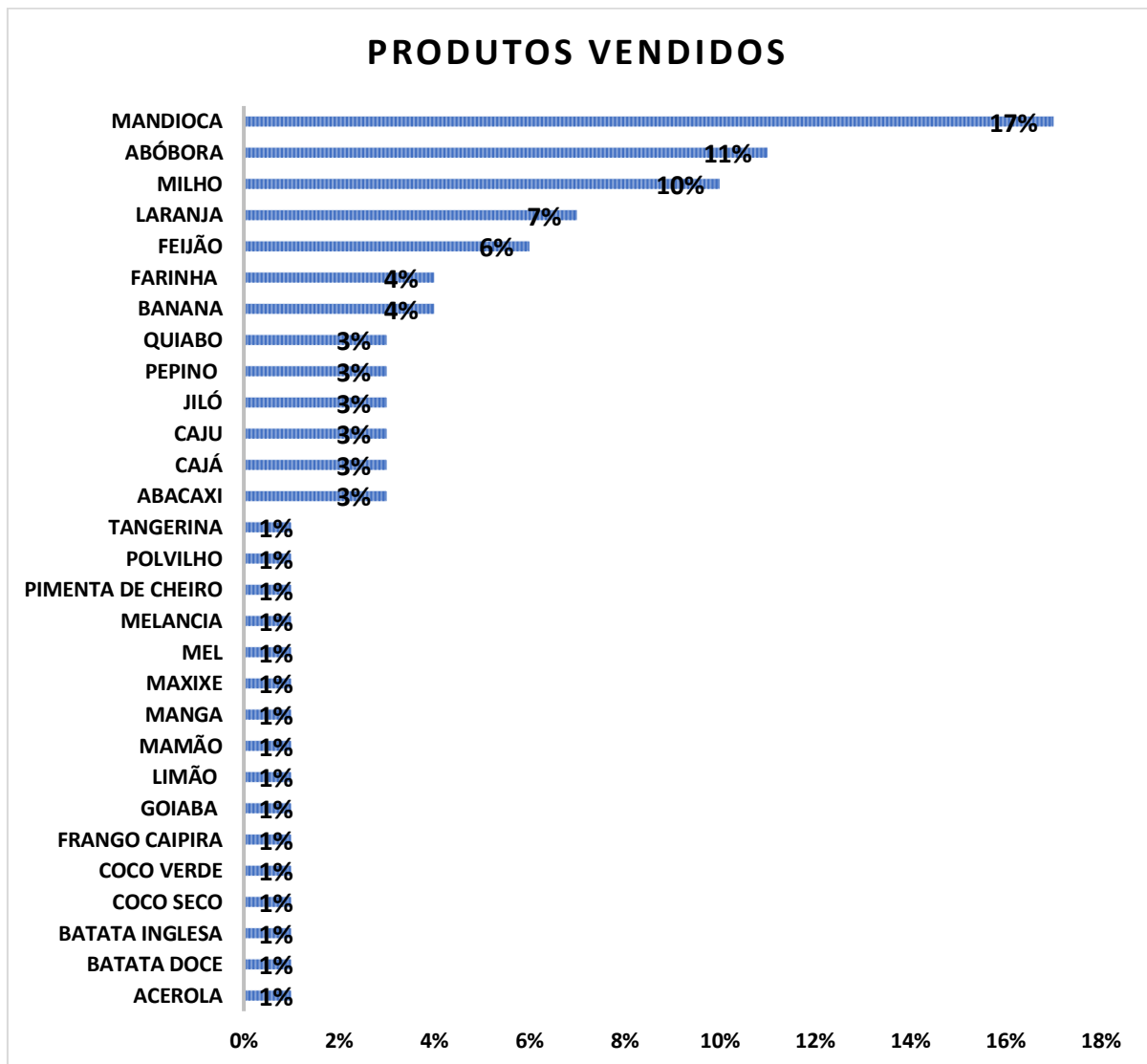
Destes 43% refere-se a (o) cônjuge ou companheiro; 39% refere-se aos filhos (as) e 17% a outros parentes da família, conforme demonstrado no gráfico 2. Estes dados nos remetem ao fato de que a organização e a produção dos agricultores familiares não envolvem apenas uma pessoa da família, e sim, demais membros, já que conforme Abramovay (1997), quando se trata do processo produtivo da agricultura familiar, geralmente a família está diretamente envolvida com os aspectos de toda organização, planejamento, produção e comercialização.

Ainda com relação aos aspectos relacionados com a organização e produção, destaca-se que 59% dos agricultores familiares fazem um planejamento do que vai

ver plantado para ser vendido, e 41% não fazem o planejamento. E quando questionados sobre como é feito este planejamento obtivemos as seguintes respostas: “plantado por etapa e planejamento de datas” (produtor 8); “através das chamadas plóbicas” (produtor 9); “plantio na época certa, para uma boa colheita e manejo das frutíferas para boa colheita” (produtor 10); “ajustar as datas para as épocas de colheitas” (produtor 2); “aumentar o recurso do PAA ruraltins” (produtor 5); “ter uma logística melhor” (produtor 14).

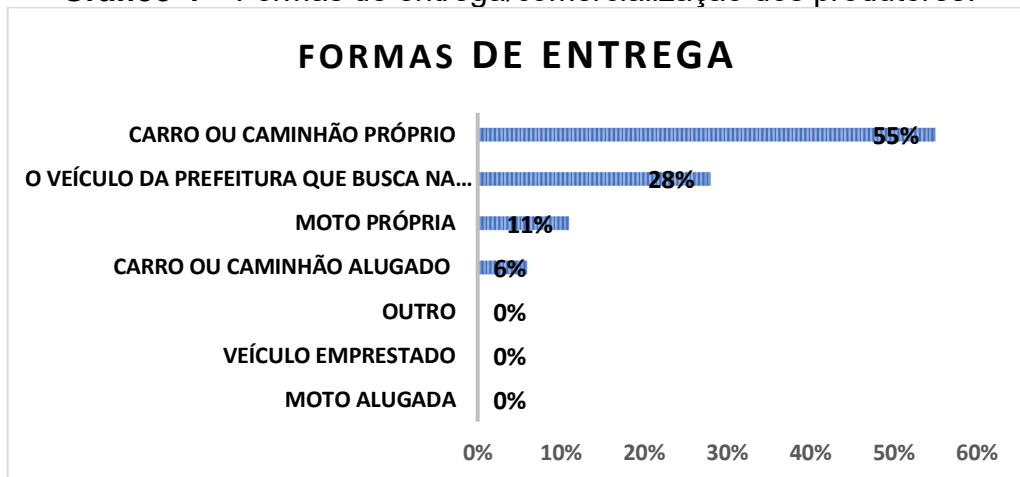
Com base nas informações acima, entende-se que o planejamento e o processo de organização e produção é feito levando em consideração que o plantio do produto é realizado de acordo com o que é demandado pelo PAA, plantio visando uma boa colheita, plantio por etapas. Este fato nos revela que estes agricultores familiares ainda não conseguiram implementar um planejamento que envolve etapas relacionados sobre o que plantar, quando plantar, os custos envolvidos com a produção e gestão, pois como destaca Christopher (1997), a gestão e o planejamento possibilitam adequar as técnicas eficazes visando reduzir custos e oferecer o produto no momento certo.

**Gráfico 3** – Relação total dos produtos que mais são vendidos ao PAA.



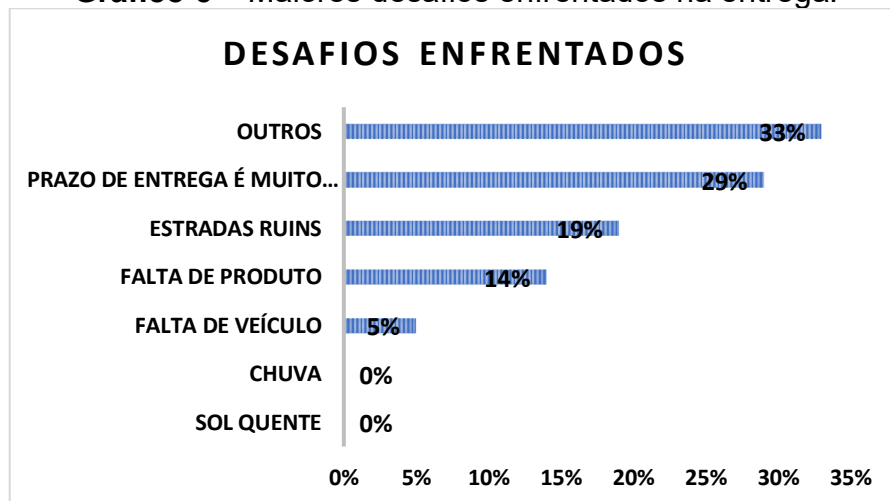
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos produtos que mais são vendidos para o PAA destacamos uma diversidade de frutas e legumes, como também, frango, farinha e mel, conforme apresentado no gráfico 3.

**Gráfico 4 – Formas de entrega/comercialização dos produtores.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação ao processo logístico de escoamento da produção, ou seja, como o produtor leva seus produtos até ao local para ser entregue e vendido no PAA, obtivemos as seguintes informações: 56% levam sua produção em veículo próprio (caminhão ou carro); 11% levam em veículo próprio (moto), 28% faz a entrega no veículo que a prefeitura disponibiliza para ir até sua propriedade e 6% alugam um veículo (carro ou caminhão) para transportar, conforme especificado no gráfico 4.

**Gráfico 5 – Maiores desafios enfrentados na entrega.**

Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda quando questionados quais são os maiores desafios encontrados para entregar, ou seja, comercializar seus produtos via PAA, tivemos as seguintes respostas: prazo de entrega apertado, sol quente, falta de veículo, falta de produto,

estradas ruins, e outros, onde não especificaram quais seriam os desafios classificados como “outros”, conforme apresentado no gráfico 5.

Com relação aos outros aspectos relacionados com a questão da entrega e comercialização dos seus produtos ao PAA, convém destacar as seguintes respostas: “Não há dificuldade p/ entrega dos produtos. Só há tempo de espera dos produtos estarem pronto p/entrega” (produtor 12); “as vezes as datas não tem o produto devido a época não ser de colheita” (produtor 3); “falta de projetos das intidades executora” (produtor 6); “mais tratores para beneficiar os produtores” (produtor 16).

#### **4.2 Impactos do PAA na geração de renda**

Quando questionados se a compra dos produtos pelo PAA contribuiu para melhorar a renda financeira familiar, 100% dos participantes da entrevista respondem que sim, ou seja, a venda de seus diversos produtos para o Programa contribuiu satisfatoriamente para sua renda. Sobre esta questão alguns destacaram ainda que:

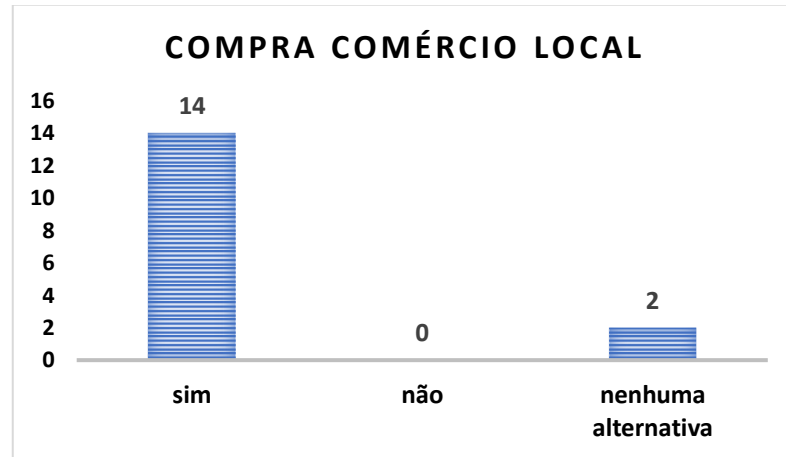
“Com o ganho do dinheiro dos produtos nos conseguimos fazer mais investimento na chacara” (produtor 11); “Pois o valor dos produtos é muito atrativo” (produtor 12); “Porque já plantamos com a certeza da venda dos produtos” (produtor 13); “Sim, pois é um complemento para a família” (produtor 14); “porque fortalece a renda familiar” (produtor 16) e “porque temos a compra garantida com o preço justo.” (produtor 17); “Porque sabemos que os produtos (alimentos) produzidos não vão se perder na propriedade” (produtor 15).

Com base nas respostas acima compreende-se que a aquisição de produtos pelo PAA dos produtores da agricultura familiar do município de Wanderlândia, é um meio de já plantar e ter a certeza da venda, de saberem que os produtos não irão estragar, que o PAA paga um preço atraente pelos produtos comercializados, que o dinheiro com a venda proporciona a realizar investimentos na própria propriedade, que fortalece a renda familiar. Ou seja, os produtores estão satisfeitos com a implementação do Programa no município.

E quando questionados se consideram justo o preço que o PAA paga aos produtores pelos produtos vendidos, 100% considerou que sim, porque “valoriza o trabalho do produtor” (produtor 8); “hoje os preço dos produtos esta acima do preço do mercado, assim e mais vantajoso para nois produtores” (produtor 13).

### 4.3 Contribuição do PAA para o desenvolvimento

**Gráfico 6** – Aumento do poder de compra no comércio local.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados se com a renda obtida pelo PAA se compram mais no comércio de Wanderlândia, 98% disseram que sim e 2% não responderam, conforme gráfico 6.

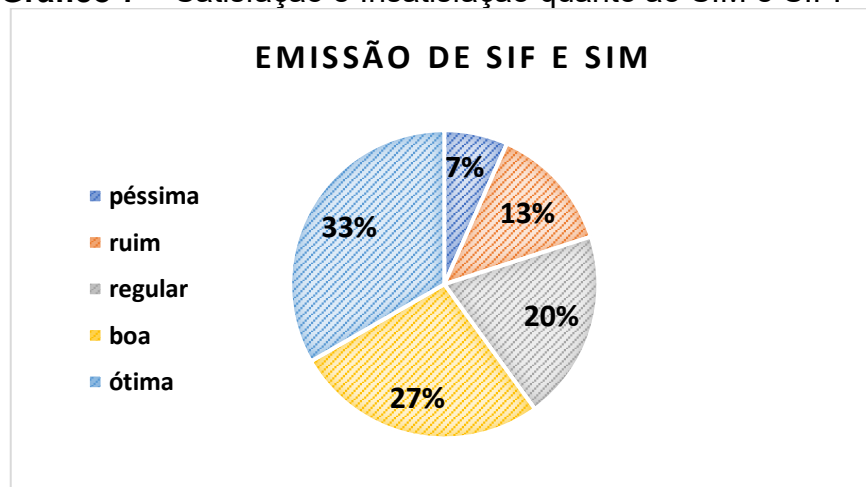
Destacaram ainda que compram mais no comércio de Wanderlândia, após participarem do PAA “por causa da facilidade em relação ao deslocamento e para circulação do dinheiro no comércio local”. (produtor 1); “as vezes sim, e outras não, que nem tudo encontramos na cidade, tipo o preço. Exemplo: adubo, as vez fora e mais barato. (produtor 3); “pois com o aumento da minha renda, posso compra mais nos comércios” (produtor 6); “para que o municipio tenha mais arrecadação” (produtor 14); “pois ajuda a manter o dinheiro na cidade” (produtor 15).

Quando questionados se a venda dos seus produtos para o PAA contribuiu para aumentar a circulação de dinheiro no comércio de Wanderlândia, ou seja, na economia local, 100% dos participantes da pesquisa, relatou que sim. Este fato foi constatado quando disseram que: “porque o agricultor aumentou o seu poder de compra e recebe o dinheiro e já usa no comércio local.” (produtor 8); “o dinheiro circula dentro da cidade” (produtor 2); “porquê a cidade é pequena e não tem muitas fonte de renda” (produtor 4); “com o recebimento do valor, nois compramos ou suprimos as nossas necessidades, e da chacara” (produtor 7); “porque aquece a economia local” (produtor 11); “é uma renda que fica dentro do municipio” (produtor 9).

#### 4.4 Desafios encontrados pelo PAA

Com relação aos desafios enfrentados para participar do PAA, alguns produtores familiares destacaram para a necessidade de melhorar a execução do Programa, tais como: “mais prazo e mas um valor maior” (produtor 1); “definir desde o começo do ano, quando sera executado o projeto” (produtor 15); “ter uma logística melhor” (produtor 10).

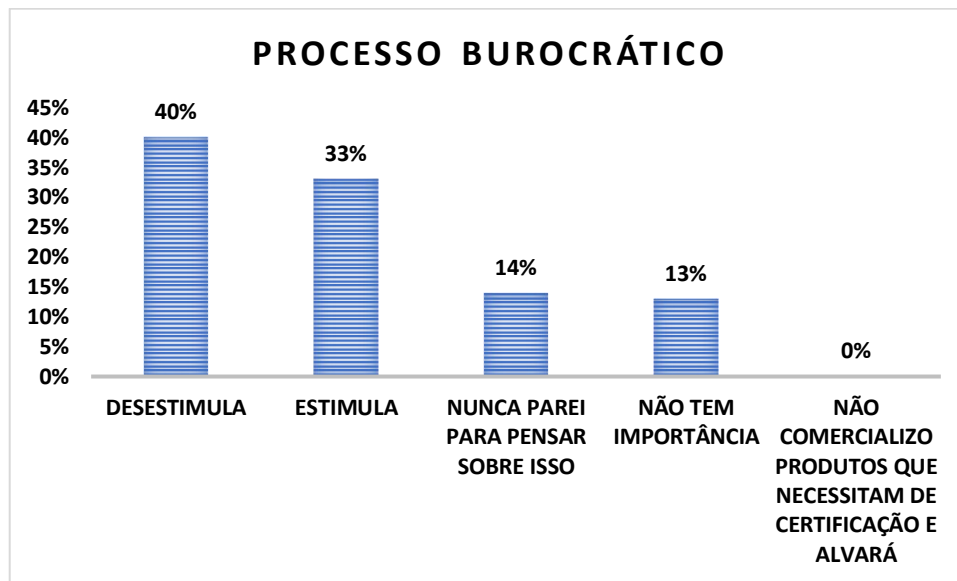
**Gráfico 7 – Satisfação e Insatisfação quanto ao SIM e SIF.**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro desafio apontado pelos produtores da agricultura familiar foi com relação a emissão do SIF- serviço de inspeção federal e do SIM- serviço de inspeção municipal, documentos estes obrigatórios para a entrega de produtos de origem animal, produtos processados, industrializados, e manipulados artesanalmente. O gráfico 7 aponta a satisfação e insatisfação quanto a emissão destes documentos.

Apesar das respostas acima consideram que o SIF e o SIM é importante, pois “um produto certificado é um produto de qualidade” (produtor 5); “com isso nois entregamos os produtos com a garantia que e realmente de qualidade através da inspeção” (produtor 12); “porém, a dificuldade está no recurso (financeiro) para a construção do ambiente adequado.” (produtor 2).

**Gráfico 8 - Desafios.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados se o processo burocrático relacionado ao SIF, ao SIM ou outros documentos, estimula ou desestimula a participação dos produtores da agricultura familiar a continuar no PAA, obtivemos as seguintes informações: para 13% consideram que o processo burocrático desestimula; para 33% estimula; 40% não comercializa produtos que necessitam de certificação ou alvará e para 13% não tem importância quanto a burocracia, conforme destacado no gráfico 8. E destacaram sugestões que poderia ser melhorado quanto a participação no Programa são: “aumentar o recurso do programa” (produtor 8); “menos burocracia nos documentos” (produtor 9); “melhorar a aquisição do SIF e SIM” (produtor 3); “o que está faltando, é que o município compre mais da agricultura familiar e compre menos dos pregões” (produtor 10); “ser mais fácil para facilitar a vida do produtor” (produtor 12); “ter mais recursos estimularia mais” (produtor 1); “pretendo tirar o meu sim para produzir polpas” (produtor 4).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender os benefícios e desafios gerados pelo PAA aos produtores da agricultura familiar no município de Wanderlândia - TO.

Deste modo, ao analisar os resultados obtidos, percebe-se que os mesmos refletem a real situação vivenciada pelos agricultores da agricultura familiar da região. Podendo compreender-se que dentre os principais resultados obtidos o PAA atinge o seu objetivo que é promover o acesso a alimentação e o fortalecimento da agricultura familiar, satisfazendo o seu público alvo que são os produtores da agricultura familiar.

Logo, é essencial a aplicação de Políticas Públicas de geração de renda que fomentem recurso financeiro para agricultura familiar, que conseqüentemente, geram renda para as famílias, que aplicam o recurso na própria economia local, estimulando e aumentando os negócios no comércio da cidade, devido o poder de consumo destinado aos produtores.

Portanto, é importante ressaltar que os desafios apresentados não são conclusivos, entretanto, sirvam de orientação e contribuição para os futuros estudos a serem realizados, priorizando ações que gerem e estimulem o desenvolvimento da agricultura familiar na região, buscando atender as recomendações e necessidades propostas pelos produtores, com eficiência na aplicação dos métodos de execução do PAA, processo logístico e implementação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Ada Magaly M. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Editora Contexto, 2021. E-book. p.capa. ISBN 9555414400. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414400/>. Acesso em: 27 mai. 2025.

BITTENCOURT, G. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2001. 284 p.

CASADO, L.; MADEIRO, C. **Governo quase zero verba de programas alimentares no Orçamento de 2023**. Uol, 27/09/2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/27/governo-quase-zero-verba-de-programas-alimentares-no-orcamento-de-2023.htm>. Acesso em: 12 de maio. 2025.

CÉSAR, M. B.; MENDANHA, J. F.; MARIANO CÉSAR, R. **Agricultura Familiar: um estudo de caso dos aspectos sociais e de produção do Assentamento Ipê Amarelo - Wanderlândia - Tocantins – Brasil**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 141-162, 2023. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2023.v26i2.555. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/555>. Acesso em: 12 maio. 2025.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. São Paulo, Pioneira, 1997.

GIACOMELLI, Giancarlo; PIRES, Marcelo R S. **Logística e distribuição**. Porto Alegre: SAGAH, 2016. E-book. p.ix. ISBN 9788569726937. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788569726937/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

GONÇALVES, G, C. *et al.* **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. p.2. ISBN 9788595021952. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021952/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

JARA, C. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco - Seplan, 1998. 316 p.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**, 2ª edição. São Paulo: Atlas S. A, 2009. 204 p.

NOVAES, Antonio G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição - Estratégia, Avaliação e Operação**. 5. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9788595157217. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157217/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

YAZBEK, Maria C. **Política Social Brasileira no Século XXI, A: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.4. ISBN 9788524924354. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924354/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PERIN, G. *et al.* **A evolução do programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Brasília: Ipea, 2991, set. 2021.